

MANDINGA E PODER DECISÓRIO: A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS GRUPOS DE CAPOEIRA NA BAHIA CONTEMPORÂNEA²

MANDINGA IS DECISION – MAKING POWER: THE POLITICAL ORGANIZATION OF
CAPOEIRA GROUPS IN CONTEMPORARY BAHIA

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma discussão sobre a organização da capoeira na contemporaneidade que, através da reconfiguração de sua estrutura organizacional, adotou um modelo específico: capoeira escolarizada, que auxiliou na transição da fase de abandono e desvalorização estatal para a fase de valorização, reconhecimento social e investimentos públicos. Este modelo e seus interlocutores encontraram na sociedade baiana um cenário sociopolítico propício para reivindicação de uma identidade política autônoma e construção de novos arranjos institucionais que viabilizaram a implementação de políticas públicas para a capoeira. Por meio da pesquisa qualitativa, utilizamos a técnica de aplicação de questionário elaborado no *software sphinx* com o público-alvo. Os resultados indicam assimetrias nas organizações internas e no poder decisório no interior dos grupos de capoeira na Bahia.

Palavras-chave: capoeira; organização política e poder decisório.

Abstract

The organization of contemporary capoeira with, though reconfiguring it is organizational structure, adopted a specific model: Schooled capoeira, which helped in the transition from the abandonment phase and the state devaluation to the valorization phase, social recognition and public investments. These models and their interlocutors found a favorable socio-political scenario in Bahia society for the claim of an autonomous political identity and the construction of new institutional arrangements that enable the implementation of public policies of capoeira. Through qualitative research, we used the questionnaire application technique developed in the sphinx software with the target audience. The results indicate asymmetries in the internal organization and in the decision – making power within the capoeira groups in Bahia.

Keywords: capoeira; political and organization; making-power

¹ Licenciado e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em Ensino de Sociologia pela Universidade Federal do Mato Grosso (UFMS). E-mail: ferreira.rubens12@gmail.com

² Este artigo é parte da minha dissertação, defendida em janeiro de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal da Bahia.

Um dos desafios da democracia brasileira consiste em solidificar um sistema político pautado no desenvolvimento de uma cidadania política e social e consolidar uma cultura política democrática, baseada na participação, na confiança recíproca e na solidariedade social. A plena democratização deve preencher o hiato entre a igualdade proposta pelo regime político e a desigualdade material que gera a miséria do povo brasileiro (AMORIM, 2007, p.117).

INTRODUÇÃO

A capoeira é uma expressão cultural negra brasileira. Foi com este grupo racial que ela nasceu, ganhou proporções internacionais, transformou-se internamente e resistiu às barreiras do tempo, sobretudo as repressões e perseguições do Estado brasileiro devido à sua suposta vinculação com malandrangens e confusões em festas de largo. Segundo o historiador Waldeloir Rego:

A capoeira foi inventada com a finalidade de divertimento, mas na realidade funcionava como faca de dois gumes. Ao lado do normal e do cotidiano, que era divertir, era luta também no momento oportuno. Não havia academias de capoeira, nem ambiente fechado, premeditadamente preparado para se jogar capoeira. Antigamente havia uma quitanda ou uma venda de cachaça, com um largo bem em frente, propício ao jogo (REGO, 2015, p. 51).

Desde a sua origem, a capoeira apresenta características de transversalidade, ou seja, em sua composição cultural existem diversas dimensões, tais quais: musicalidade, estética, dança, condicionamento físico, identidade, cultura política, organização social de classe, entre outras, que possibilitam ao pesquisador estudar e entender de múltiplas formas esta expressão. Conforme apontado por Waldeloir Rego, a capoeira, no Brasil, foi desenvolvida nas ruas. Entretanto a diversidade desta prática cultural se tornou objeto de interesse das mais variadas áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Antropologia, História, Literatura, Música, Ciência Política, entre outras. Esses estudos proporcionaram avanços no que tange à compreensão aprofundada acerca da sua formação, simbolismos e contribuição para a sociedade brasileira.

Christine Zonzon (2011) chama a atenção para um aspecto importante da dialética entre a prática cultural e a produção científica: é preciso aprender a ver a capoeira conforme o seu objetivo. Amparada nas teorias fenomenológicas, convida os pesquisadores da capoeira e demais interessados a realizar um processo de reeducação corporal, sobretudo dos órgãos ligados aos sentidos – com um peso maior na visão, para aprender a ver e compreender a capoeira através da sua cosmogonia e não utilizar pacotes epistemológicos advindos de resulta-

dos interpretativos de outras manifestações culturais cujas estruturas organizacionais possuem trajetórias, experiências e objetivos diferentes. Ou seja, para entender a capoeira, em suas águas profundas, é preciso consultar os antigos, desenvolver um conjunto de habilidades corporais e treinar os sentidos para poder compreender os códigos culturais desta tradição tão cara à população negra, pois, esses elementos são preponderantes no que diz respeito à maneira como os indivíduos pertencentes à capoeira se movimentam nas rodas da capoeira, ambientes sociais privados e nas redes sociais da internet.

O desenvolvimento da capoeira na sociedade brasileira sofreu ao longo dos anos expressivas modificações no modos de aprender, ensinar e praticar. Sobretudo no bojo do movimento social de construção de um projeto de nação para o Brasil na década de 1930. Neste contexto sugeriram dois mestres baianos no universo da capoeiragem, que contribuíram para a transição de abandono ou repressão para a aceitação e valorização da capoeira no Brasil. São eles: Manuel dos Reis Machado, o mestre Bimba, criador da capoeira regional; e Vicente Ferreira Pastinha, o Mestre Pastinha, figura importante no cenário da capoeira angola (MAGALHÃES, 2011, p. 19). É sobre um destes aspectos que as mudanças da sociedade brasileira na década de 1930 proporcionaram à capoeira que iremos nos debruçar neste artigo, sobretudo no que concerne as ideias de modernização, a saber: grupos de capoeira. Inicialmente conhecidos como academias por influência acadêmica, sobretudo da área de Educação Física, segundo Waldeloir Rego:

Academia de capoeira estruturada e assim chamada é coisa recente, datando dos princípios da década de 1930 ao presente momento. O primeiro mestre de capoeira a abrir academia foi o mestre Bimba (Manuel dos Reis Machado), em 1932, no Engenho Velho de Brotas, por sinal também o primeiro a conseguir registro oficial do governo, para a sua academia chamada Centro de Cultura Física e Capoeira Regional, num período em que o Brasil caminhava para o pleno regime de força que as leis penais consideravam os capoeiristas como delinquentes perigosos (REGO, 2015, p. 309).

Mestre Bimba deu início, na Bahia, a uma tendência de organização dos capoeiristas através de grupos autônomos e com lideranças políticas que penetrou de tal forma esta expressão cultural que nos dias hodiernos é difícil pensá-la de uma outra forma, sobretudo os praticantes e admiradores pertencentes às gerações pós ditadura militar que cresceram dentro de uma sociedade de tendências nacionalistas, democratização do Estado e valorização das produções artísticas.

É a partir deste novo formato que iremos buscar responder às seguintes questões: como os grupos de capoeira se organizam politicamente? Como ocorrem as tomadas de decisões dentro destes grupos? Para fabricar este trabalho utilizamos a metodologia qualitativa cuja técnica de coleta de dados escolhida foi a aplicação de questionários em praticantes de capoeira acima de 15 anos de idade durante os encontros semanais: treinos e rodas de capoeira. Devido às dificuldades enfrentadas em campo no acesso às 128 instituições mapeadas, realizamos a coleta de forma não probabilística (aleatória) chegando ao número de 108 questionários respondidos. A partir destes números apresentaremos os dados a partir do seguinte cálculo amostral: a margem de erro é de 4% e a margem de confiança é de 96%. Dito isto, cabe-nos apresentar o jogo da capoeira com a sociedade baiana, a organização política dos capoeiristas na contemporaneidade e o seu poder decisório. Por tanto, mandinga, é o que veremos a seguir.

MANDINGA E HISTÓRIA: A QUERELA DE UM PODER ANCESTRAL INVISÍVEL

A estrutura simbólica da capoeira passou por diversas fases ao longo de sua trajetória no Brasil. Essas fases proporcionaram aos seus praticantes um diálogo com o poder público e a sociedade, regado a uma interação conflituosa marcada por uma oscilação entre desprezo e repressão, conforme aponta Luiz Renato Vieira (2012). Para Adriana Albert Dias:

A capoeira, do início da República até a atualidade, sofreu uma série de transformações concernente tanto à sua prática quanto aos significados sociais a ela atribuídos por grupos sociais distintos em diferentes momentos históricos. Criminalizada dois anos após a extinção da escravidão, e em consonância com o projeto civilizador da República, durante muito tempo ela foi duramente reprimida e associada ao mundo da marginalidade. Todavia, a partir de meados dos anos 1930, inicia-se um longo processo de afirmação social e legitimação da capoeira enquanto um dos símbolos da identidade nacional (DIAS, 2015 p. 105).

Essas transformações acompanham o imaginário da sociedade, cujos marcos apontados por Adriana Albert Dias acompanham a discussão do pensamento social brasileiro. O que reforça o nosso argumento da íntima imbricação da capoeira com a população negra, pois esta expressão cultural até o presente momento, ainda que vivenciando transformações intensas no interior de sua estrutura simbólica, é inquestionavelmente negra. Sem negritude não há capoeira.

O inventário de registro da capoeira fabricado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2007, apresenta três fases que a capoeira, enquanto estrutura simbólica, vivenciou ao longo da história:

[...] o aprendizado na capoeira se divide em três momentos históricos que caracterizam fases marcantes e distintas. A primeira fase destaca as formas de aprendizado da capoeira existentes no período em que esta foi amplamente criminalizada, do ano de 1890 até o início de seu processo de descriminalização, em 1937. Posteriormente, alcança o período conhecido como “escolarização da capoeira”, em que são formadas as primeiras academias oficiais e institucionalizadas, destacando principalmente as vertentes da capoeira regional, de Mestre Bimba, e capoeira angola, codificada por Mestre Pastinha. Por último, recorta o período que vai da década de 1980 até os nossos dias, ou fase contemporânea da capoeira, em que podemos observar o crescimento e difusão da capoeira baiana (regional e angola) por todo o Brasil e o mundo, numa proliferação de grupos e vertentes (IPHAN, 2007, p. 51).

Essas fases, como dito anteriormente, acompanham o amadurecimento da sociedade brasileira acerca do entendimento sobre a concepção de Brasil enquanto nação e o lugar do negro como membro e pertencente a esta sociedade. As duas últimas fases correspondem à escolarização da capoeira e à popularização do modelo de organização baiana, o que sinaliza nesse processo a adaptação da capoeira aos valores modernizadores, que resultou na valorização e incorporação em escala crescente no rol das manifestações eleitas para receber investimentos pelos poderes públicos e o setor privado no Brasil.

Mestre Bimba realizou um movimento político importante pois demonstrou à sociedade da época que a capoeira é uma produção cultural constituída de indivíduos autônomos, diferentes e com estrutura organizacional confiável. Assim como Mestre Bimba, outros mestres de capoeira estão constantemente incorporando, retirando ou ressignificando elementos tradicionais desta expressão cultural.

A capoeira, antes de expandir suas fronteiras, reformou internamente os alicerces da tradição, abdicando sobretudo de um elemento importante: o mistério. Realizou o movimento de desconstrução da imagem tida como poder invisível atrelado à dinâmica do candomblé, cujas histórias populares apresentavam os praticantes de capoeira como instrumentos energizados pelos poderes sobrenaturais das divindades afro-brasileiras, os orixás da Bahia. A capoeira escolarizada forneceu segurança pedagógica e panorama completo do que é a prática da capoeira através de planos de curso para cada fase de aprendizado do aluno, cujo conteúdo possui sequências de golpes e toques de berimbau a serem gravados e direcionados a um público, a princípio à elite baiana, que histórica-

mente perseguiu e reprimiu os negros e a própria capoeira, e posteriormente à toda a sociedade. Nesse sentido, a capoeira escolarizada, que se tornou patrimônio imaterial, é o resultado de abdições estilísticas e penetração de alguns elementos típicos das sociedades modernas, sobretudo do elemento: organização socioinstitucional. Como está estruturada a organização da capoeira e como é a sua dinâmica na Bahia contemporânea é o que veremos a seguir.

A ORGANIZAÇÃO DA CAPOEIRA NA CONTEMPORANEIDADE

A capoeira é organizada no seu interior a partir de grupos. Esses grupos possuem um sistema hierárquico de poder, cujos princípios norteadores estão na senioridade, onde os mais velhos de iniciação são respeitados, possuem prioridade e legitimidade, cujo topo da hierarquia de poder está no título de mestre de capoeira e a base no aluno novato.

Esses líderes, os mestres, são os responsáveis pelo gerenciamento do grupo e que, a partir da prática, formará outros mestres que poderão optar por continuar no grupo de seu mestre formador ou sair para formar outro grupo sob o seu comando. Existem casos de capoeiristas com os seguintes títulos: aluno formado, professor e contramestre, que por situações diversas que envolvem divergências ideológicas, expulsões, perseguições religiosas, entre outras, influenciam na saída de um membro para formar um outro grupo de capoeira, formando, assim, as grandes árvores cheias de ramificações dos grupos, popularmente conhecidas como família de capoeira.

As saídas dos membros de capoeira dos grupos, sobretudo a dos mestres, raramente são apresentadas e discutidas nos trabalhos acadêmicos sobre capoeira. Esse tema constitui-se como um tabu entre os capoeiristas e acadêmicos devido à sua relação com elementos emocionais, políticos e econômicos que, de modo geral, os supracitados agentes evitam expor. Mas afinal, o que seria um grupo de capoeira? Este é composto por um conjunto de pessoas que almejam praticar capoeira, cujo objetivo maior é o desenvolvimento de habilidades corporais baseadas nos saberes ancestrais de luta e dança afro-brasileira, gerenciados e transmitidos pela oralidade. No Ensaio Sócio Etnográfico da Capoeira Angola, Waldeloir Rego fala sobre alguns aspectos dos grupos de capoeira por ele observados:

As academias de capoeira dispõem de Mestre, que é o dono da capoeira, um Contramestre, tirado entre os discípulos ou outros capoeiras convidados, e o Coro, que em algumas academias, como a do Mestre Bimba, é misto, isto é, masculino e feminino. Do ponto de vista econômico, essas

academias, de um modo geral, são a manutenção de seus mestres. São cobradas matrícula e mensalidade dos discípulos, cinema e com entidades carnavalescas para participarem dos seus enredos, quando o mesmo exige a presença da capoeira (REGO, 2015, p. 317).

Essas características das academias — aqui tratadas como grupos de capoeira — apresentadas por Rego são interessantes, pois a partir das transformações da sociedade baiana e da ascensão do multiculturalismo enquanto perspectiva política, houve desdobramentos e a adoção de características de ordem ideológica nos indivíduos que compõem esses grupos, visto que na contemporaneidade existem três grandes perfis de grupos de capoeira: os que assumem perspectivas liberais, ou seja, uso da cultura para fins econômicos; os tradicionalistas, que são ligados às ideias de preservação da cultura, identidade racial e valorização das classes populares; e grupos mistos com características liberais e de preservação cultural. Dentro destes existem frações que são contraditórias e que oscilam entre os perfis supracitados, a depender da situação política que se encontrem. Esta classificação de cunho ideológico interfere diretamente na gerência prática dos grupos conforme seus objetivos e explica parcialmente a presença e/ou ausência de alguns grupos de capoeira na participação de debates e construções de políticas para o fomento por via Estado ou parcerias com o setor privado.

Existem tipos de grupos e mestres de capoeira que possuem objetivos ideológicos e políticos dos mais variados, entretanto, são colocados erroneamente numa mesma estrutura simbólica narrativa no cenário político e institucional. Com a expansão da capoeira na sociedade brasileira houve um processo de incorporação de indivíduos ligados a outras classes sociais, que por sua vez são possuidores de outras visões de mundo, experiências de classe, perspectivas, valores e hábitos. Esse processo gerou mudanças significativas no modo de organização interna dos grupos e nas disputas de poder e reconhecimento por conta de articulações e novas redes políticas e sociais. É justamente nessa direção que aparecem algumas assimetrias no tocante aos capitais culturais e de poder dentro do universo dos praticantes de capoeira, sobretudo em Salvador, capital baiana.

Os praticantes de capoeira, assim como os grupos, possuem educação, valores políticos, sociais e ideológicos dos mais variados. Entretanto, dentro do universo da capoeira, no que tange às tomadas de decisões, o princípio reinante é o da senioridade. Segundo essa regra, os mais velhos possuem o poder deliberativo no grupo e isso implica um panorama em que as deliberações não são tomadas a partir do voto de cada membro, mas sim pela decisão do mestre e de alguns poucos privilegiados, com a carga temporal significativa dentro da estrutura

hierárquica de um determinado grupo. Entretanto o processo de modernização da capoeira trouxe não só o modelo que promoveu sua valorização, trouxe também os ventos democráticos, a participação como elemento deliberativo e cidadã importante. A democracia e a senioridade possuem princípios conflitantes. Contudo eles convivem aparentemente bem dentro da cultura da capoeira na Bahia contemporânea. Descortinar a cultura política, suas estratégias e ver como os grupos tomam as suas decisões é o que vamos analisar a seguir.

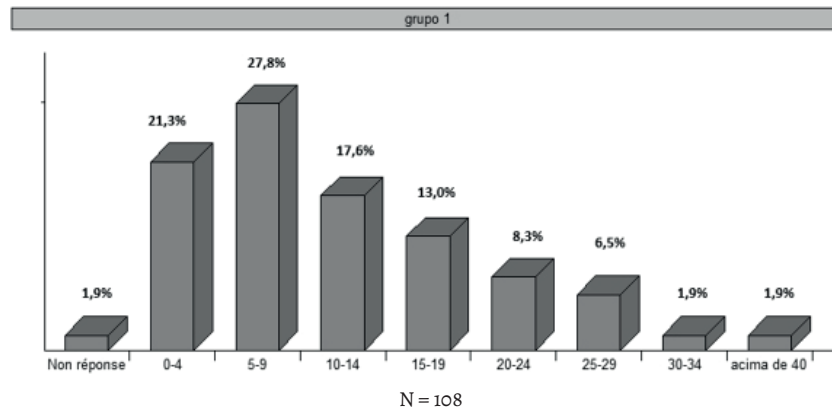
CULTURA POLÍTICA E A CAPOEIRA CONTEMPORÂNEA

O comportamento social e político dos integrantes dos grupos de capoeira, na contemporaneidade, segue um processo curioso, o qual podemos caracterizar através da dialética do silêncio da boca e do grito do corpo, pois no processo formativo dos capoeiristas ao longo de suas trajetórias há um cenário de poucos diálogos verbais no interior dos grupos. Para Jean Adriano Barros da Silva, o mestre Jean Pangonlin:

A experiência com a capoeira pode ser uma metáfora constante dos desafios da vida em comunidade, considerando-se a experiência da roda como escola de formação para vida. O movimento corporal embalado pela música produz, para além de todos os ganhos fisiológicos da atividade física, uma percepção sob o signo flutuante do jogo, em que precisamos aprender que o melhor será capaz de vencer “com” o outro e não “contra” o outro. Neste sentido, a movimentação dessa arte está impregnada de tolerância, parceria, respeito às diferenças e produção coletiva e apropriação privada” (SILVA, 2015, p. 144).

Para o indivíduo desenvolver estas habilidades apontadas por Jean Adriano Barros da Silva é preciso pertencer ao universo da capoeira por um espaço de tempo considerável, para que seja possível obter o aprendizado e a experiência necessários para empregar na prática os conhecimentos adquiridos pelos mais velhos, os mestres. Nesta pesquisa, os entrevistados apresentaram um perfil diversificado acerca da carga temporal de prática dentro da cultura da capoeira, conforme aponta o gráfico I.

Gráfico I - Tempo de Prática dos Entrevistados

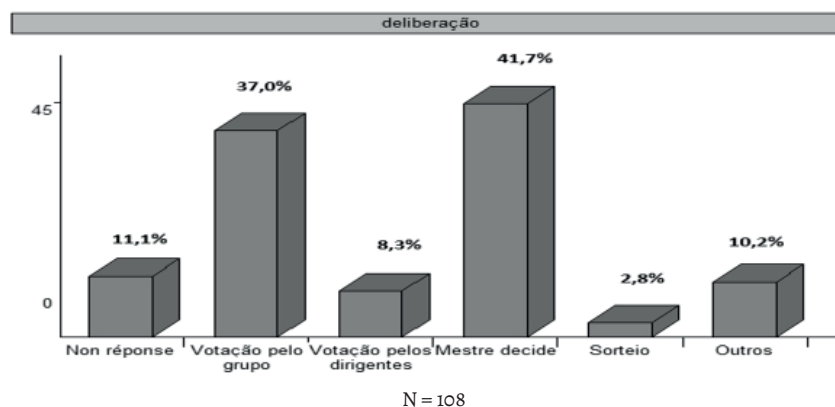


Fonte: O “mandingar da capoeira no cenário político baiano”, Salvador, 2017.

Os dados do gráfico I indicam que o nosso público, os capoeiristas entrevistados, possuem um perfil diversificado de trajetória dentro do universo cultural da capoeira no qual apenas vinte e três capoeiristas estão na capoeira no espaço de tempo entre zero e quatro anos, já os demais possuem uma trajetória entre dez e acima de quarenta anos. O que podemos inferir é que nosso público possui familiaridade com as regras da capoeira por pertencerem não somente a um grupo na convivência dentro de um espaço de tempo considerável, mas também possuem larga experiência com as dinâmicas deliberativas por conviverem e pertencerem ao sistema hierárquico.

Os nossos entrevistados forneceram um panorama interessante sobre este traço da cultura política da capoeira: como ocorrem as deliberações dentro dos grupos de capoeira? Foi questionado aos entrevistados como funciona a interação entre os respectivos grupos e o Estado através do formato de editais das políticas públicas de fomento à cultura na Bahia.

Gráfico II- O Poder deliberativo dos capoeiristas (%)



Fonte: O “mandingar da capoeira no cenário político baiano”, Salvador, 2017.

Segundo os dados do gráfico II, dois elementos se sobressaíram: o primeiro é que os capoeiristas entrevistados possuem conhecimento dos assuntos internos e deliberam em conjunto na maioria dos grupos, no qual supõem-se que ocorrem de forma democrática através da votação e contagem de maioria simples dos votos dos seus membros. Estes representam 37,0%. O segundo é que o mestre, enquanto líder do grupo, delibera sem a consulta dos demais, indicando que na maioria dos grupos as tomadas de decisões são realizadas pelo mestre, o dono do grupo, o que sinaliza que não existe homogeneidade nas tomadas de decisões dentro da cultura da capoeira e reforça o nosso argumento de que na contemporaneidade, em sua dimensão política, a capoeira deve ser pensada a partir dos grupos, pois estes podem apresentar características distintas, o que não retira ou invalida o seu *status quo* de pertencente à estrutura simbólica ancestral como é amplamente conhecida, Mandinga. Existem múltiplas disputas de poder decisório no cotidiano da cultura da capoeira na contemporaneidade, e este achado é positivo para que a cultura continue se perpetuando ao longo do tempo por meio do elemento: diversidade de experiência na interação com o universo para além dos muros dessa cultura.

A política no universo dos grupos de capoeira funcionou ao longo dos anos desde a sua origem como elemento tangencial ou como ferramenta de disputa por questões imediatas do plano micro que envolve relações de poder acerca de quem cantará uma música primeiro, quem vai armar/afinar um berimbau cuja afinação esteja no gosto do público e dos capoeiristas antigos e quem detém as habilidades corporais, mandingas, mais bem elogiadas/apreciadas pelos antigos e admiradores, entre outros. Nesse sentido, analisar o comportamento dos capoeiristas a princípio deve levar em consideração que a capoeira é uma cultura cujo objetivo é a promoção de habilidades corporais e que apenas recentemente essa cultura está expandindo as suas fronteiras. O que, em nível de cultura cívica, esta população, pensada enquanto coletivo simbólico, repousa em condições iniciantes em sua atuação ou nível de organização política, refletindo, assim, uma movimentação no terreno político com expressivo desconhecimento, carência de experiência e modelos de interações bem-sucedidas acerca da participação dentro das estruturas organizacionais do Estado e o mercado financeiro.

A capoeira, no tocante ao aspecto de sua dimensão organizacional, grupos autônomos, possibilita um entendimento sobre a dinâmica complexa de sua interação interna com o mundo contemporâneo que envolve, ainda que desconhecida para o público pouco familiarizado, mas existente desde o surgimento dos grupos de capoeira, a relação de rivalidade entre os grupos no que tange

as disputas sobre recursos financeiros, espaços para o desenvolvimento destes grupos, visibilidade, entre outros.

Nesse sentido, a perspectiva adotada nesta pesquisa questiona uma visão estereotipada que paira sobre a capoeira enquanto estrutura simbólica, cuja identidade dos indivíduos praticantes desta cultura assume traços de ausência de agência, autonomia, interesses particulares e gramáticas sócio-políticas das mais variadas. Os grupos de capoeira, cuja dinâmica se estrutura a partir do saber oral, principalmente através do princípio da senioridade, possuem limitações em sua autonomia frente aos indicadores democráticos que alicerçam a sociedade brasileira no pós-ditadura militar e as políticas públicas baseadas na Constituição Federal do Brasil de 1988. Em relação ao comportamento político social dos indivíduos praticantes desta cultura, segundo a tradição, o poder decisório repousa na figura do mestre. Este é um dos elementos que constitui a cultura política da capoeira, pois parcela expressiva dos seus praticantes foi ensinada a se ausentar dos espaços de deliberação e discussão sobre os possíveis rumos políticos e sociais dos grupos, o que na contemporaneidade, frente ao avanço dos valores democráticos, a efervescência política de participação através dos conselhos participativos possibilitou descortinar as deficiências de mobilização social de uma massa volumosa numericamente deste público cujos valores culturais estão amparados na descrença do poder público. É possível considerar que, ao passo que a capoeira foi realizando seu processo de modernização e ascensão na sociedade brasileira, enquanto estrutura simbólica, reproduziu parte dos valores e respectivos problemas da democracia representativa do país, muito em função da experiência cidadã empobrecida pelo racismo vivenciado pelos negros, que são, em sua maioria, praticantes de capoeira.

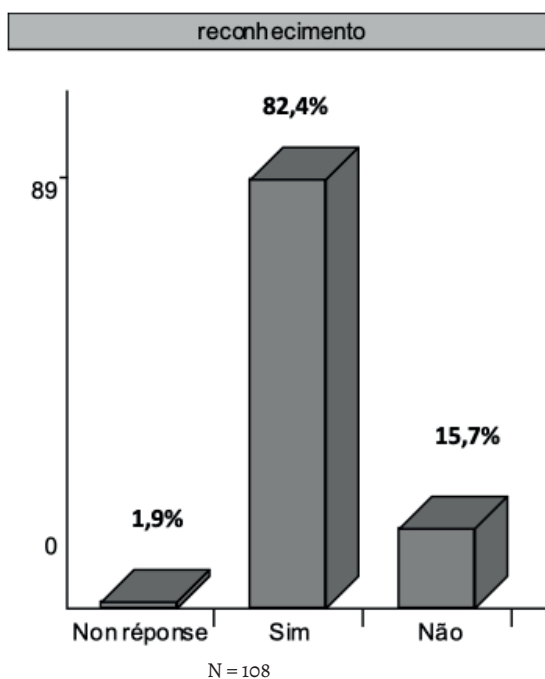
A fragmentação dos grupos, surgimento e expansão dos coletivos e ausência de entidades representativas, estatutos, cultura cível e as ocupações trabalhistas, sobretudo as ocupações em subempregos ou jornadas extensas que dificultam a mobilização e participação dos praticantes, possibilitam a inferência entre os capoeiristas aqui estudados, pertencentes aos grupos, e possuem uma combinação de dois traços simbólicos que promovem a cultura da submissão, que em nossa avaliação apresentam-se como a consolidação da cultura política deste grupo cultural: a primeira corresponde ao racismo enquanto elemento que constitui uma das bases pertencentes da sociedade baiana e o princípio da senioridade, reinante dentro da capoeira que promove uma hierarquia entre os capoeiristas.

A combinação destes elementos promove um cenário de afastamento do público da capoeira na participação na esfera política através da carência de informações, sobretudo as confiáveis acerca da dinâmica das etapas das políticas públi-

cas: formulação, implementação e avaliação e origem dos recursos e investimentos na capoeira, promovendo, assim insatisfações, sentimentos revoltosos de indignação e comportamentos e atitudes em desajustes com as regras democráticas do Estado brasileiro e consequentes instituições de fomento à cultura na Bahia.

É neste contexto que o público da capoeira está inserido, na contemporaneidade, dentro de um movimento de construção de uma nova narrativa nacional, e as estruturas de pensamento deste público estão submetidas às amarras políticas, sociais e econômicas que estimulam a continuidade dos valores tradicionais que promovem o comportamento de pouca participação nos espaços políticos no interior das academias, e o mesmo comportamento se reproduz nos espaços políticos promovidos pelo Estado e setores privados. O conhecimento sobre a transição de abandono e desvalorização da capoeira é do conhecimento do público, como evidencia os nossos entrevistados no gráfico III. Foi questionado aos capoeiristas se é do conhecimento deles o reconhecimento da capoeira como patrimônio imaterial.

Gráfico III- O reconhecimento político da capoeira (%)



Fonte: O "mandingar da capoeira no cenário político baiano", Salvador, 2017.

Segundo os dados do gráfico III, oitenta e nove dos entrevistados possuem conhecimento sobre o que está ocorrendo no processo de institucionalização da estrutura simbólica da capoeira. Entretanto dezessete desconhecem e dois não responderam, o que nos possibilita inferir que a mudança do status da

capoeira de desvalorização para valorização do Estado brasileiro é de conhecimento de parte significativa entre os nossos entrevistados. Contudo a dificuldade está em acompanhar e participar do processo político, pois os resultados são frutos de intensos debates e disputas que não se encerram no conhecimento ou formulação e implementação de políticas de promoção cultural, como aponta Maria Salete Amorim ao discutir democracia e cultura política:

[...] a consolidação da democracia não é algo que possa ser alcançado com a simples adoção de leis e normas, mas depende de uma base normativa de apoio por parte dos cidadãos às instituições políticas. A mudança atitudinal dos atores políticos e a formação de uma cultura política compatível com os valores democráticos são de fundamental importância para promover a organização social e a legitimidade do sistema político (AMORIM, 2007, p. 117).

Nesse sentido, a democracia como princípio que estimula a criação de políticas públicas para a capoeira enfrenta dificuldades de implementação por conta da cultura política desta população que desenvolveu uma configuração assimétrica de poder dentro dos grupos e que intensifica a dificuldade de interação com o poder público e espaços de discussão sobre a promoção da capoeira por conta da ausência de instituições amplamente reconhecidas e legitimadas como porta-vozes dessa expressão cultural, resultando numa ausência de participação política enquanto estrutura simbólica, ocorrendo, assim, no cenário político, apenas as ideias e agenda dos grupos previamente organizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, analisamos a organização da capoeira e o poder decisório na contemporaneidade. A capoeira como elemento cultural da população negra possui potencialidades múltiplas e, conforme apontou Cristine ZonZon (2011), deve ser analisada a partir de seus objetivos enquanto elemento prático cujas potencialidades são de caráter transversal. Sem negritude não há capoeira.

A organização da capoeira se modificou ao longo do tempo. Sua última fase reconfigurou sua estrutura organizacional, que passou a adotar um modelo específico baiano: capoeira escolarizada. Este modelo promoveu mudanças drásticas no modo de ver, sentir e praticar a capoeira. Entretanto promoveu continuidades no tocante aos seus princípios norteadores da criação da capoeira, que é a transmissão dos saberes por meio da oralidade. A ruptura ocorreu na instauração de um novo modo de tomar as decisões na capoeira: a participação democrática dos membros do grupo, que passou a conviver de forma oscilatória

entre conflito e harmonia com a senioridade nos processos deliberativos dentro dos grupos.

O modelo de organização da capoeira proposto por Mestre Bimba introduziu uma série de elementos racionais e políticos, instaurou um processo de criação de múltiplas lideranças na capoeira por meio de porta-vozes, os mestres-presidente dos grupos de capoeira, e marcou o início da revolução organizacional desta expressão cultural. Neste novo momento da capoeira na Bahia, a valorização estatal e participação política gerou descentralização do poder decisório dos grupos de capoeira, pois cada grupo possui uma elite política que realiza o processo decisório, e não raras vezes entram em conflitos com os mestres acerca da agenda interna, que pode conduzir suas ações deliberativas de forma democrática ou com o posicionamento imperativo do mestre que lidera um grupo.

A atual fase de capoeira é a organização em grupos com lideranças internas cujas relações de poder são reguladas por uma estrutura assimétrica no poder decisório. Deste modo, o elemento “autonomia” atravessou a capoeira em todas as suas fases e se mantém até os dias hodiernos. Mandinga. Concluímos que os capoeiristas nas rodas de capoeira ou nas relações políticas não abrem mão de sua identidade mandingueira. Iê.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADINOLFI, Maria Paula F. A capoeira como patrimônio: desafios da patrimonialização de uma prática maior que a “Cultura”. In: FREITAS, Joseania Miranda. (org.). *Uma coleção biográfica: os mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA*. Salvador: Edufba, 2015. p. 149-160.

AMORIM, Maria Salete S. Cultura Política e Estudos de Poder Local. *Revista Debates UFRGS*, Porto Alegre, v. 1, p. 99-120, 2007.

AMORIM, Maria Salete S.; BAQUERO, Marcello. Cultura Política Fragmentada: o papel do Capital Social na Democratização Brasileira. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 7, p. 9-20, 2004.

ARAÚJO, Rosangela Costa. É Preta Kalunga: a capoeira angola como prática política entre os baianos: anos 80-90. Rio de Janeiro: MC&G, 2015.

BARRETO, P. C. S. Evitando a “esportização” e a “folclorização” a capoeira se afirma como cultura negra. *Revista Palmares: Cultura Afro-Brasileira*, Brasília-DF, p. 64-67, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A Gênese dos Conceitos de Habitus e de Campo*. Rio de Janeiro: Difel e Bertrand, 1989.

- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- COSTA, Neuber Leite. *Capoeira, política cultura e educação*. Tese (Doutorado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- COSTA, Neuber Leite. *Capoeira, trabalho e educação*. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- COSTA, Neuber Leite. “De Ato Marginal a Patrimônio Imaterial: análise das políticas culturais para a Capoeira”. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (org). *Políticas Culturais no Governo Lula*. Salvador: EDUFBA, 2010.
- COSTA, Neuber Leite. Regulamentações na capoeira: ressignificações da cultura capoeirana. In: SIMPLICIO, Franciane; POCHAT, Alex (org.). *Pensando a Capoeira: Dimensões e perspectivas*. Rio de Janeiro: MC&G, 2015. p. 63-79.
- DIAS, Albert Adriana. Trajetórias da capoeira baiana: do mundo das ruas a símbolo da identidade nacional. In: FREITAS, Joseania Miranda. (org.). *Uma coleção biográfica: os mestres pastinhas, Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA*. Salvador, EDUFBA, 2015. p. 105- 116, v. 1.
- LOMANTO, Carlos. *Capoeira como instrumento de educação e inclusão social*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História) — Federação dos Trabalhadores Públicos do Estado da Bahia. Salvador, 2011.
- FONSECA, Vivian Luiz; VIEIRA, Luiz Renato. Capoeira – a Brazilian Immaterial Heritage: Safeguarding Plans and Their Effectiveness as Public Policies. *The International Journal of the History of Sport*, [s.l], v. 31, p. 1303-1311, 2014.
- FONSECA, Vivian Luiz. Capoeira-Esporte (e/) ou Patrimônio? Notas sobre o contexto de produção do primeiro pedido de Registro da Capoeira arquivado no IPHAN. In: XI ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA – ENECULT, 2015, Salvador. *Anais [...]* Salvador: CULT/ UFBA, 2015. p. 1-15, v. 1.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. *Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil*. Brasília: IPHAN, 2007.
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 5 nov. 2003.
- PASSOS, Antônio Marcos de Oliveira. *Os mestres de Capoeira e a Patrimonialização: descompasso das políticas públicas brasileiras*. In: FREITAS, Joseania Miranda. (org.). *Uma coleção biográfica: os mestres Pastinha, Bimba e Cobrinha Verde no Museu Afro-Brasileiro da UFBA*. Salvador: Edufba, 2015. p. 161-167.
- RAWLS, John. *Uma Teoria da Justiça*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: ensaio socioetnográfico*. Rio de Janeiro: MC&G, 2015.

SILVA, Jean A. B. Capoeira e Africanidades na Escola. In: SIMPLICIO, Franciane; POCHAT, Alex (org.). *Pensando a Capoeira: Dimensões e perspectivas*. Rio de Janeiro: MC&G, 2015. p. 135-148.

SIMPLÍCIO, Franciane; POCHAT, Alex; DIACUÍ, Nágila. *A Capoeira em Salvador: Registro de Mestres e instituições*. Salvador: Fundação Gregório de Mattos, 2015.

VIEIRA, Luiz Renato. A Capoeira e as políticas de salvaguarda do patrimônio imaterial: legitimação e reconhecimento de uma manifestação cultural de origem popular. In: GONÇALVES, Alanson M. T. *Capoeira em perspectivas*. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2012. p. 133-155.

RABELO, Miriam C. M. Aprender a ver no candomblé. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 21, p. 229-251, 2015.

ZONZON, Christine. Habilidades perceptivas e cultura: A capoeira como modo de ver e de ser. *A Cor das Letras* (UEFS), Feira de Santana, v. 12, p. 153-170, 2011.

MAGALHÃES FILHO, Paulo Andrade. *Jogo de discursos: a disputa por hegemonia na tradição da capoeira angola baiana*. Salvador: EDUFBA, 2011.